

# Senado vota projeto para definir gastos dos estados e municípios

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

O governo está na expectativa de que o Senado Federal vote hoje o projeto de resolução de autoria do líder do governo senador Ney Maranhão (PRN-PE), fixando os novos parâmetros para o endividamento dos estados e municípios em 1991. Depois de várias reuniões em que o poder Executivo procurou chegar a um entendimento com o Senado, o Banco Central deu por encerrado o processo de negociações e confia que se chegue nesta tarde a uma decisão definitiva.

Desde o início deste ano, os pedidos de autorização de estados e municípios deixaram de passar pelo crivo do Conselho Monetário Nacional (CMN), em obediência a uma determinação constitucional. As solicitações dão entrada no

BC, que faz a avaliação do pedido e o remete ao Senado Federal, acompanhado do parecer favorável ou desfavorável. O parecer serve apenas de orientação aos senadores, já que na hora da votação não precisam concordar com o BC.

Na verdade, o desaparecimento da espécie de "freio" caracterizado pela atuação do CMN no passado — os pedidos só eram remetidos ao Senado Federal depois do CMN concordar com a solicitação, sempre considerando o parecer do BC —, faz com que praticamente todas as solicitações sejam acatadas pelo Senado Federal, envolvendo tanto a emissão de títulos ou a contratação de operações de empréstimo bancário nos moldes do adiantamento de receita orçamentária (ARO).

Ambas as formas de endividamento têm impacto sobre as contas do déficit

público e preocupam o governo federal. Quando emitem títulos além da rolagem do principal, estados e municípios estão acionando um mecanismo de endividamento que acaba crescendo como uma bola de neve.

Nestas últimas três semanas, passaram pelo BC muitos pedidos para contratação de adiantamentos (ARO), tendo em vista a proximidade do final do ano. Os estados empenham sob contrato receita que esperam receber no ano fiscal seguinte, ampliando deste modo a base do limite do endividamento.

O BC quer fixar limites mais rígidos que reduzam a margem de endividamento dos estados e municípios e concorda que a rolagem da dívida já contratada englobe os encargos além do principal, mas não quer que além daquele limite os

estados possam se endividar em mais 10% de forma automática, como consta do projeto de resolução do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) que vigorou durante este ano.

Há expectativa do BC de que o governo do Estado de São Paulo não consiga levar adiante, na votação de hoje, a condição que impõe na última reunião negociadora: São Paulo pretende vincular o compromisso de votação favorável ao projeto do senador Ney Maranhão a um outro projeto, pelo qual o governo do estado teria permissão para fazer a convolução (troca) de títulos à semelhança do que fez o governo federal no momento da edição do plano de estabilização. Deste modo, parte da dívida do estado não seria paga. O governo federal, no entanto, não concorda com aquela substituição.

## EMPRÉSTIMOS EXTERNOS E INTERNOS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Data leitura	Estado ou município	Finalidade	Valor	Nº Pr.	Resultado	
					Data aprov.	Resolu.
16.02.90	MG - Contagem	Refil. Res. 181.86, 373 430/87				
16.02.90	Goiás	Emissão de T. Dívida Pública	NCZ\$	4.000.000.000,00	11/90	23.3.90
16.02.90	Minas Gerais	Emissão de LFTM		18.104.155	59/90	06.11.90
16.02.90	Espírito Santo	Emissão de LFTM		24.602.259		
16.02.90	União - Banco Central	Financ. externo — Japão	Y	19.680.400.000,00		
16.02.90	União	Contratos créd. externo — BID	USS	50.000.000,00		
21.02.90	Ministério da Agricultura	Irrigação Nordeste I	USS	210.000.000,00		
19.03.90	Ministério da Saúde	Nordeste Rural — Fase II	USS	267.000.000,00	13/90	20.3.90
19.03.90	Pres. da República	Descons. Mens. 278/89, 47 e 48/90				10/90
02.03.90	Bahia - Valença	Retificação Res. 12/188				
02.05.90	Bahia - Ubatuba	Retificação Res. 173/88				
05.03.90	Paraná	Saneamento e infra-estrutura	LFTPR	4.000.000,00	5/90	13.3.90
05.03.90	SP - São Paulo	Giro da Dívida	LFTMSP	81.450.170	6/90	13.3.90
05.03.90	AL - Maceió	Infra-estrutura saneamento básico	BTN	18.073.401,80	7/90	13.3.90
05.03.90	MA - Açailândia	Pavimentação e drenagem pluvial	BTN	7.605.263,00	8/90	13.3.90
05.03.90	RN - Natal	Saneamento básico e pavimentação	BTN	935.882,67	9/90	13.3.90
05.03.90	BA - Vitória da Conquista	Infra-estrutura e urbanização	BTN	6.411.381,82	10/90	13.3.90
07.03.90	São Paulo	Transformação da operação de crédito já realizada	LFTP	4.500.000,00	12/90	27.3.90
08.03.90	Santa Catarina	Compra e venda com financiamento ext.	CLS RDA	9.177.075,00	56/90	14.11.90
16.03.90	Paraná	Construção de Usina hidrelétrica	USS	135.000.000,00		
16.03.90	Mato Grosso	Emissão de LFT-E-MT		1.000.000.000,00	(ao	arquivo)
25.05.90	Espírito Santo	Emissão de LFT-ES		24.602.259	22/90	29.6.90
25.05.90	Rio Grande do Sul	Emissão de LFT-RS		107.862.370	23/90	20.6.90
29.05.90	Amazonas	Contratação de oper. de crédito exter.	USS	27.200.000,00		
06.06.90	São Paulo	Contratação do oper. de crédito exter.	DM	23,0 milhões	24/90	29.6.90
21.06.90	Minas Gerais	Emissão de LFT-E-MG	DM	201.160.424	31/90	29.6.90
22.06.90	Goiânia	Financiamento de obras.	BTN	25.827.343,56	28/90	28.6.90
25.06.90	Goiás	Emissão de LFT-GO		5.000.000.000,00	29/90	28.6.90
26.06.90	Pará	Emissão de LFT-PB		12.957.000	37/90	08.8.90
26.06.90	Mato Grosso	Emissão de LFT-E-MT		1.800.000.000,00	27/90	27.6.90
29.06.90	Minas Gerais	Emissão de LFT-MG				
29.06.90	Santa Catarina	Emissão de LTC				
29.06.90	Rio de Janeiro	Emissão de LFT-RJ				
29.06.90	Rio de Janeiro	Banerj				
29.06.90	Rio de Janeiro	Metrô e Banerj				
29.06.90	Rio de Janeiro	Crédito externo — Banco Mundial	BTNF	142.247.075.925,46	32/90	29.6.90
29.06.90	União	Emissão de LFTM-IT	C\$	10.679.067.183,24	38/90	08.8.90
17.08.90	Itaquaquecetuba	Emissão de LFT-BA	USS	117.000.000,00	33/90	29.6.90
17.08.90	Bahia	Emissão de LFT-BA		75.441.036	41/90	23.8.90
17.08.90	Rio de Janeiro	Emissão de LFTM-RJ			40/90	23.8.90
23.08.90	Rio Verde - GO	Obras de Infra-estrutura urbana	BTN	3.824.260,79	42/90	13.9.90
23.08.90	Mato Grosso	Emissão de LFT-E-MT			43/90	23.08.90
23.08.90	São Paulo	Emissão de LFTM			49/90	13.09.90
23.08.90	Vilhena-RO	Obras de Infra-estrutura urbana	BTN	2.093.419,97	50/90	13.09.90
12.09.90	Amazonas	Contr. de crédito externo	USS	10.000.000		
12.09.90	Rio Grande do Sul	Emissão de LFT-RS		5.125.000.000,00	52/90	23.10.90
05.10.90	GDF	Contratar empréstimo interno	BTN	138.208.000,00		
26.10.90	União	Financiar Projeto Nac. Meio Ambiente e Proj. Ciéncia e Tecnologia	Y	113.000.000,00		
08.11.90	GDF	Alteração da Res. nº 186/87	DM	17.681.494,00		
12.11.90	Santa Catarina	Contratação de Crédito externo		588.280.935		
21.11.90	Rio de Janeiro	Emissão de LFT-RJ		118.220.156		
21.11.90	Rio Grande do Sul	Emissão de LFT-RS		6.191.417.692		
21.11.90	São Paulo-SP	Emissão de LFT-SP		436.287.971		
21.11.90	Paraná	Emissão de LFT-PR		22.000.000.000		
21.11.90	Bahia	Emissão de LFT-BA		8.982.516.993		
21.11.90	Minas Gerais	Emissão de LFT-MG		1.717.544.757		
26.11.90	SP - São Paulo	Emissão de LFTM-SP		19.279.193,89		
03.12.90	Maringá-PR	Infra-estrutura urbana	BTN	3.306.719.821		
04.12.90	São Paulo-SP	Pagamento precatórios judiciais	LFTP	20.000.000,00		
05.12.90	Rio de Janeiro-RJ	Equipamentos médicos	USS			
05.12.90	São Paulo-SP	Substituição de títulos	BTN	462.197.349		